

# A COOPERAÇÃO NUCLEAR ENTRE BRASIL E ARGENTINA: UMA CONTRIBUIÇÃO À CONSTRUÇÃO DE CONFIANÇA NAS RELAÇÕES BILATERAIS<sup>1</sup>

NUCLEAR COOPERATION BETWEEN BRAZIL AND ARGENTINA: A CONTRIBUTION TO BUILDING TRUST IN BILATERAL RELATIONS

*Rafael Euclides Seidel Batista<sup>2</sup>*

## RESUMO

O trabalho tem por objetivo a descrição e análise do processo de cooperação e integração nuclear entre Brasil e Argentina, iniciado ainda em meados da década de 1980, propondo considerações sobre o efeito desta para a aproximação entre ambos os países. Para tanto, utiliza-se de metodologia indutiva exploratória a partir de revisão bibliográfica sobre o tema. O artigo aborda na primeira seção o desenvolvimento dos programas nucleares de ambos os países, para, em seguida, descrever o processo de cooperação no campo nuclear. Também discute alguns dos efeitos desta cooperação para o incremento das relações bilaterais e construção de confiança entre Brasil e Argentina, propondo as análises pertinentes em sede de conclusão.

**Palavras-chaves:** cooperação nuclear entre Brasil e Argentina, relações entre Brasil e Argentina, desarmamento nuclear.

## ABSTRACT

The purpose of this paper is to describe and analyze the process of nuclear cooperation and integration between Brazil and Argentina, which began in the mid - 1980s, proposing considerations about the effect of this approach for the two countries. To do so, it is used an exploratory inductive methodology based on a bibliographic review on the subject. The article addresses in the first section the development of the nuclear programs of both countries, to then describe the process of cooperation in the nuclear field. It also discusses some of the effects of this cooperation for the increase of bilateral relations and confidence building between Brazil and Argentina, proposing the pertinent analyzes in the conclusion.

**Key-words:** nuclear cooperation between Brazil and Argentina, relations between Brazil and Argentina, nuclear disarmament.

---

1 Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso na Pós-Graduação em Relações Internacionais Contemporâneas da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA).

2 Rafael Euclides Seidel Batista é graduado em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e especialista em Direito Internacional e Econômico pela mesma universidade.

## INTRODUÇÃO

A explosão da primeira bomba nuclear na cidade de Hiroshima em 06 de agosto de 1945 trouxe à tona grandes tensões políticas internacionais e debates em torno da questão da posse, manutenção e utilização de armamentos nucleares. Esta capacidade tecnológica de destruição fora de tal modo revolucionária que bem sintetizou o escritor húngaro Arthur Koestler ao afirmar que:

"Se me perguntassem qual a data mais importante da História e da Pré-História do gênero humano, eu responderia sem hesitação: 06 de agosto de 1945. A razão é simples. Desde o aparecimento da consciência até 06 de agosto de 1945, cada homem deveria viver tendo por horizonte sua morte como indivíduo; a partir do dia em que a primeira bomba eclipsou o Sol sob Hiroshima, é a humanidade, globalmente, que deve viver na perspectiva de seu desaparecimento enquanto espécie" (KOESTLER, 1979, tradução nossa).

Neste sentido, aponta Defarges, (1999, p.56), que entre 1945 e 1962, período crítico da Guerra Fria<sup>3</sup>, o mundo e principalmente os Estados Unidos e a União Soviética aprenderam a conviver com a existência da bomba. Segundo o autor, esta aprendizagem se operou através de sucessivas crises e debates internacionais, a exemplo da Crise dos Mísseis de 1962<sup>4</sup>. Neste cenário surgiu o conceito estratégico de dissuasão nuclear ou destruição mútua assegurada. De acordo com o conceito da dissuasão nuclear, o país detentor de armamento nuclear deveria garantir a eficácia da capacidade de resposta na eventualidade de um ataque nuclear, o que estimulou a corrida nuclear neste período. Sustenta o conceito da dissuasão nuclear que a estabilidade seria mantida, uma vez que nenhum dos países utilizaria o armamento nuclear uns contra os outros, pelo receio constante de um contra-ataque fulminante (SCHOLZ, 2015, p.24).

No entanto, conforme observam Borrie e Caughley (2013, p. 9) em que pese a não utilização de armas nucleares em conflitos armados nos últimos 70 anos, não há garantias de que não serão usadas no futuro. Para além da possibilidade de uso, há de se ter em conta também os riscos atinentes à mera posse ou manutenção destas armas. Há

---

3 A Guerra Fria é a designação atribuída ao período histórico compreendido entre 1947 e 1991 de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética. Neste período, a corrida armamentista pela construção de um grande arsenal de armas nucleares foi objetivo de ambos os países.

4 A Crise dos Mísseis representou um dos momentos mais tensos da Guerra Fria, ocorrido em outubro de 1962, relacionado à implantação de mísseis balísticos soviéticos em Cuba.

diversos registros onde falhas no funcionamento, incidentes, alarmes falsos e informações mal interpretadas quase levaram à detonação intencional ou acidental de armas nucleares em diversas ocasiões desde 1945<sup>5</sup>. A título de exemplo, dados do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (*Stockholm International Peace Research Institut - SIPRI*) mostram que já em 2014, nove estados – China, Coreia do Norte, Estados Unidos, França, Índia, Israel, Paquistão, Reino Unido e Rússia - detinham 16.350 armas nucleares. Deste arsenal, 4.150 estariam em condições de uso imediato, sendo que, aproximadamente 1.800 destas ogivas são mantidas em condição de alto alerta operacional (SIPRI, 2014 p. 187).

Neste sentido, o presente artigo tratará sobre os mecanismos de cooperação entre Argentina e Brasil na área nuclear que possibilitaram a construção de confiança entre estes países e a reversão de potencial corrida nuclear na região da América do Sul. Ambos os países iniciaram suas primeiras pesquisas nucleares ainda na década de 1950, desenvolvendo seus próprios programas nucleares que atingiram avançado estágio tecnológico. Entretanto, conforme se verá, estes países optaram por um movimento de aproximação que levou a criarem mecanismos de cooperação que permitiram a construção de confiança e superação de rivalidades estratégicas.

Esta aproximação entre Brasil e Argentina em matéria nuclear, segundo Oliveira, (1996, p.13), foi consolidada através de um conjunto de instrumentos bilaterais de cooperação. O efetivo marco inicial se deu, ainda na década de 1980 com a assinatura do Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear (ARGENTINA;BRASIL,1980). A partir deste primeiro acordo, uma série de intercâmbios passaram a integrar a agenda destes países, visando o fomento à confiança e a construção da cooperação. Neste esteio, uma inovação diplomática voltada para aplicação de salvaguardas nucleares se deu com a criação de uma agência de fiscalização e controle de material nuclear bilateral<sup>6</sup>. Este movimento de cooperação nuclear entre ambos os países possibilitou mudança significativa nas relações entre os dois países, promovendo maior aproximação política e diplomática, com reflexos positivos para o entorno regional.

---

5 Um exemplo foi o incidente ocorrido em 26 de setembro 1983 no complexo militar de Serpukhov-15, quando computadores do sistema de vigilância soviético apontaram, equivocadamente, a existência em curso de um ataque nuclear americano.

6 Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares - ABACC-.

Assim, o presente trabalho se propõe a descrever e analisar o processo de cooperação e integração nuclear entre Brasil e Argentina, buscando demonstrar algumas das contribuições desta cooperação para as relações entre os dois países. Para tanto, utiliza-se de metodologia indutiva exploratória a partir de fontes primárias e secundárias relativamente ao tema. Apresenta na primeira seção um breve histórico sobre os programas nucleares desenvolvidos em ambos os países, para, em seguida, descrever a série de acordos e tratados que representaram o momento de maior aproximação entre Brasil e Argentina, principalmente em matéria nuclear. Concomitantemente, busca também apontar os efeitos desta aproximação em matéria nuclear, para as relações entre Brasil e Argentina e para o reposicionamento de ambos os países frente ao regime internacional de não proliferação. Nas considerações finais é destacado o exemplo desta cooperação como modelo de superação conflito e utilização pacífica de tecnologia nuclear.

## **O DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NUCLEARES NA ARGENTINA E NO BRASIL**

### ***O DESENVOLVIMENTO NUCLEAR ARGENTINO***

A corrida armamentista entre Estados Unidos e União Soviética, ocorrida durante a Guerra Fria, inspirou também outros países a desenvolverem tecnologia nuclear própria, entre eles, a Argentina. O país deu os primeiros passos no desenvolvimento nuclear ainda na década de 1950, com a elaboração do Decreto nº 10.936 (1950), que criou a Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA). Esta comissão elaborou um plano para o desenvolvimento da tecnologia nuclear no país e deu início às pesquisas de projetos de reatores experimentais e estudos sobre combustíveis (OLIVEIRA, 1996, p.105).

A Argentina, durante o desenvolvimento de seu programa nuclear, esteve mais avançada em relação ao Brasil, no domínio da tecnologia nuclear. Foi o primeiro país da América do Sul a instalar uma usina nuclear. Além disso é um dos países mais bem dotados de jazidas de urânio na América Latina. Em Serra Pintada, província de Mendonza, encontra-se sua maior jazida de urânio a céu aberto, uma das maiores da América do Sul, o que demonstra que o país possuía excelentes condições em recursos naturais para o desenvolvimento nuclear próprio (OLIVEIRA, 1996, p. 86).

Em 1974, o plano nuclear argentino logrou inaugurar a usina de Atucha I, a primeira usina nuclear da América Latina. Esta central nuclear foi conectada ao sistema elétrico argentino em 19 de março de 1974 e começou sua produção comercial em junho deste mesmo ano. Está localizada na margem direita do Rio Paraná das Palmas, na localidade de Lima, a 100 quilômetros de Buenos Aires e continua em operação, com potência elétrica bruta de 362 Megawatts. A construção da segunda usina nuclear Argentina, denominada Embalse Río Tercero, foi iniciada também em 1974 e foi incorporada ao sistema elétrico nacional em 28 de março de 1983. Localizada na província de Córdoba, possui potência elétrica de 683 Megawatts. Posteriormente, em 1982, iniciou a construção da usina nuclear de Atucha II, a qual recebeu licença para operação comercial em 2016 e está situada na mesma localidade da usina de Atucha I. (ARGENTINA, Ministerio de Energía, 2018).

Para se ter uma ideia da amplitude da ambição nuclear argentina, afirma Oliveira (1998, p.09) que seu projeto previa, além da construção de dois complexos nucleares (Atucha I e Embalse Río Tercero), a instalação de mais quatro usinas com operação prevista até os anos 2000. Segundo a autora, o projeto argentino abrangia também uma usina experimental de água pesada em Buenos Aires, outra industrial em Arroyitos, uma usina experimental de reprocessamento em Ezeiza e a construção de um depósito de lixo atômico em Gastre.

Além disso, em 1978 o governo argentino passou a desenvolver um projeto secreto para enriquecimento de urânio, na usina de Picalniyeu, situada à 2.500 km à sudoeste de Buenos Aires, junto à cordilheira dos Andes. Este projeto teve início após a suspensão do fornecimento de urânio enriquecido pelos Estados Unidos<sup>7</sup>, por suspeitarem que o projeto nuclear argentino envolvia fins militares (OLIVEIRA, 1999, p.426). Neste sentido, afirma Aguilar (2009, p.148) que apesar da negativa da Argentina sobre a existência de programa bélico, as atividades secretas na usina de Picalniyeu poderiam indicar o desenvolvimento de um projeto de bomba atômica. Segundo o mesmo autor, reforça essa assertiva o fato de que no ano seguinte, em 1979, o país passou a desenvolver um projeto de míssil que poderia ser utilizado como vetor para lançamento de uma ogiva.

---

7 Em 1978 os Estados Unidos aprovaram o "Non-Proliferation Act", lei federal que impunha regras e critérios mais rígidos para a cooperação nuclear internacional.

Para Mendoza (2005, p. 10) o desenvolvimento nuclear argentino estava atrelado às premissas do pensamento estratégico e geopolítico que à época estava sob controle dos governos militares, o que reforçava a belicosidade e os anseios de projeção regional. Para o autor, a principal característica que dominou o pensamento estratégico argentino, pelo menos até a década de 1980, fora a preocupação com o expansionismo brasileiro e a rivalidade histórica pela hegemonia na região do Cone Sul. Neste sentido, explica Queiroz (2016, p. 66) que a busca por influência e controle na região da Bacia do Prata remonta às disputas entre as metrópoles portuguesa e espanhola. Segundo o autor, esta disputa continuou, posteriormente, entre brasileiros e argentinos, alimentando "cálculos de projeção geopolítica e a hipótese de conflito nas estratégias de segurança de ambos os países"(QUEIROZ, 2016, p. 66).

Afirma Oliveira, (1996, p.112) que durante os governos militares a pressão política interna para o desenvolvimento de um artefato nuclear argentino aumentou. Neste período, em 1982, o país iniciou o desenvolvimento de seu projeto de submarino de propulsão nuclear. Ainda, em 1983, com o avanço das pesquisas em Picalniyeu, a Argentina passou a dominar a técnica de enriquecimento de urânio, tornando-se, à época, o oitavo país no mundo a dominar esta tecnologia (PRIETO, 1983).

Entretanto, após a redemocratização do país e conseqüente aproximação com o Brasil, houve um esforço pela desmilitarização do plano nuclear argentino. Após a redemocratização, a Argentina mudou a direção do programa, que passou a se concentrar na pesquisa para uso exclusivamente pacífica desta tecnologia, apesar de se ter atingido plena capacidade tecnológica para desenvolvimento de um artefato nuclear (OLIVEIRA, 1996, p.113 a 117).

### ***O DESENVOLVIMENTO NUCLEAR BRASILEIRO***

Assim como a Argentina, o Brasil também deu os primeiros passos na pesquisa nuclear ainda na década de 50. Houve a criação de vários institutos de pesquisa localizados em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo equipados com laboratórios sofisticados e reatores experimentais. Estas pesquisas foram ampliadas na década de 1970, mediante parcerias estabelecidas com os Estados Unidos e posteriormente, com a Alemanha e que culminaram com a construção das usinas nucleares de Angra I e II (OLIVEIRA, 1996, p. 19 a 21).

A primeira usina nuclear brasileira entrou em operação comercial em 1985, operando com um reator de água pressurizada, com capacidade de 640 megawatts de potência. Situada em Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, foi adquirida da empresa americana Westinghouse. Já a usina de Angra II é fruto do acordo estabelecido entre Brasil e Alemanha em 1975. Sua construção foi iniciada em 1981 e concluída somente nos anos 2000, devido a diversas paralisações e retomadas nas obras. Começou a operar comercialmente em 2001 e possui capacidade de 1.350 megawatts de potência. Há ainda em desenvolvimento o projeto de Angra III, iniciado também na década de 1980 e retomado em 2008. Encontra-se atualmente com 67,1% das obras concluídas. (BRASIL, Ministério de Minas e Energia, 2018).

Assim, as parcerias em tecnologia nuclear estabelecidos tanto com os Estados Unidos como com a Alemanha permitiram o desenvolvimento das usinas nucleares para a geração de energia. Entretanto, afirma Oliveira (1999, p.289) que o governo brasileiro à época, também sob a égide dos governos militares, almejava o domínio autônomo de tecnologias bélicas, inclusive a nuclear. Explica a autora que, visando esquivar-se da fiscalização internacional, representada principalmente pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), o governo brasileiro implementou um programa nuclear paralelo. Este programa era autônomo e sigiloso e tinha por objetivo desenvolver a tecnologia de enriquecimento de urânio.

Em decorrência de seu programa nuclear paralelo, já na década de 1980 o Brasil passara a desenvolver a tecnologia de enriquecimento de urânio por ultracentrifugação em projeto militar secreto que ficou conhecido pelo codinome "Projeto Ciclone". Este programa fora desenvolvido pela então Coordenação de Projetos Especiais do Ministério da Marinha (COPESP). Também neste momento, o Brasil iniciou seu projeto de construção de um reator atômico para propulsão de submarino (OLIVEIRA, 1996, p. 45 -50). Sobre o projeto brasileiro de submarino nuclear, afirma Martins Filho (2011, p. 279), que as discussões iniciais sobre o projeto começaram ainda em meados da década de 1970.

Também neste período, ainda em projeto paralelo, sob a coordenação do Ministério da Aeronáutica, o Brasil estava caminhando para o desenvolvimento de um artefato nuclear explosivo. Em 1979 o então presidente brasileiro, Ernesto Geisel, através do decreto 83.240 (1979) destinara uma área em região inóspita no norte do

país, equivalente à 4.407.000 hectares, que ficou conhecida como o campo de provas da Serra do Cachimbo. A lei determinava a criação de um Campo de Provas das Forças Armadas, sendo que este era de acesso altamente restrito e abrigava construções subterrâneas compatíveis para o teste de um artefato explosivo nuclear (OLIVEIRA, 1996, p. 54 -56). Apesar das evidências, o governo brasileiro tentava negar a existência de um programa nuclear que visasse a construção de uma bomba nuclear. Em 1986, em entrevista concedida ao programa opinião, em Brasília, o Ministro da Marinha, Henrique Sabóia, afirmou que "o governo brasileiro não pretende nem planeja construir a bomba atômica no país" .<sup>8</sup>

Entretanto, em 1987 o presidente José Sarney rompeu oficialmente o silêncio que se estendia por oito anos sobre o segredo do programa nuclear brasileiro. Em cerimônia realizada em Brasília, declarou que o país havia passado a dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio por ultracentrifugação (OLIVEIRA, 1999, p.300). Afirmou nesta ocasião, o então presidente, ser este um "fato da maior transcendência na história científica" do país, reiterando as "finalidades exclusivamente pacíficas do programa nuclear brasileiro" (BRASIL, 1987). Nesta ocasião, o governo brasileiro anunciava a consolidação do avanço tecnológico em matéria nuclear, ao mesmo tempo que buscava tranquilizar a comunidade internacional sobre as finalidades deste programa.

### ***DESCONFIANÇAS QUANTO AOS PROGRAMAS NUCLEARES ARGENTINO E BRASILEIRO***

Já na década de 1970, tanto o Brasil como a Argentina levantavam suspeitas da comunidade internacional de que seus programas domésticos de energia nuclear tinham fins militares. Ambos os países não participavam de maneira plena à zona de livre armas nucleares na América Latina, estabelecida em 1967 com o Tratado de Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (1967). Também não aderiram ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, vigente desde 1968. Além disso, ambos defendiam o direito aos países de desenvolvimento tecnológico nuclear pacífico pleno, o que incluía a realização de ensaios nucleares. Estes fatores geraram

---

<sup>8</sup> O Brasil não quer a bomba atômica, só o submarino. **O Estado de São Paulo**, São Paulo. 20 ago. 1986. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R00510.pdf>. Acesso em: 13 de jul. de 2018.



desconfiança da comunidade internacional e fizeram com que fossem considerados possíveis estados proliferadores de armas nucleares (PATTI, 2016, p. 52).

Durante as décadas de 1960 e 1970, Brasil e Argentina, apesar de manterem relações cordiais, não tinham acesso às informações sobre seus respectivos programas nucleares. Esta falta de intercâmbio de informações sobre os respectivos programas nucleares alimentava desconfianças de ambos os lados (ABACC, 1993, p 04). Sobre a desconfiança mútua existente sobre os programas nucleares argentino e brasileiro, afirma Queiroz:

"Na ausência de outras disputas de relevo na relação bilateral, pairava ainda a desconfiança mútua com relação aos respectivos programas nucleares. os dois países conduziam então programas autônomos de pesquisa e desenvolvimento que visavam a autossuficiência no setor, com ênfase na fase mais crítica do ciclo do combustível nuclear- o enriquecimento de urânio- o qual finalmente dominariam em 1983 (Argentina) e 1987 (Brasil)". (QUEIROZ, 2016, p.66)

Assim, também entende Oliveira, ao afirmar que a antiga rivalidade estratégico-militar estabelecida entre os dois países vizinhos os estava conduzindo a uma "perigosa competição bélica" (OLIVEIRA, 1998, p.5) em torno da obtenção de armamento nuclear. Segundo a autora, os planos estratégicos de ambos os países "alicerçavam-se na suposta inevitabilidade de confrontação de forças" (OLIVEIRA, 1998, p.12). Posteriormente, veio somar-se a essa disputa os avanços da tecnologia nuclear. Tanto Brasil como Argentina atingiram avançado estágio tecnológico na área nuclear, sendo que ambos tinham plena capacidade de desenvolver, em curto período de tempo, seu próprio artefato nuclear.

Também afirma Candeas (2017, p. 224 a 226) que por muito tempo, ambos os países mantiveram relações de desconfiança e competição, incluindo estratégia de segurança que considerava a hipótese de confrontação militar. Entretanto, defende o autor que os dois países não se demonstravam dispostos a permitir a evolução da crise em direção à uma confrontação armada, uma vez que de 1979 à 1988 ambos os países se empenharam na construção de uma cooperação mais efetiva. Afirma que, ainda no regime militar, se tornou obsoleta a hipótese de conflito armado entre Brasil e Argentina. O autor denomina de fase de "estabilidade estrutural" a esse novo momento

no relacionamento entre Brasil e Argentina, ocorrido a partir da década de 1980, onde pela via da cooperação, buscaram esses países reverter a rivalidade existente.

Para Vargas (1997, p. 46) um dos principais motivos para que brasileiros e argentinos se engajassem na cooperação nuclear foi o controle "oligopolístico" exercido pelos países industrializados sobre bens e tecnologias sensíveis. Neste sentido, a cooperação entre Brasil e Argentina poderia trazer avanços mútuos, além de fazer frente à pressão internacional exercida à época pelo grupo de países provedores de tecnologia nuclear<sup>9</sup>.

### **O CAMINHO DA COOPERAÇÃO NUCLEAR E OS REFLEXOS NAS RELAÇÕES ENTRE ARGENTINA E BRASIL**

Conforme esclarece Oliveira (1999, p. 379), a aproximação entre Brasil e Argentina foi criando raízes lentamente e teve importante avanço após a assinatura do Tratado Tripartite Itaipu- Corpus (1979). Este tratado encerrou um importante contencioso diplomático entre Brasil e Argentina entorno da construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu e do aproveitamento hidroelétrico da bacia do Rio Paraná. Com isso, um importante passo foi dado para a confiança e a possibilidade de se construir uma efetiva cooperação também no campo nuclear.

Em 17 de maio de 1980 o Presidente brasileiro João Baptista Figueiredo viajou à Buenos Aires, ocasião em que juntamente com o Presidente argentino, Jorge Videla, estabeleceram o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear (1980). Os dois chefes de Estado enfatizaram, neste ato, a importância dos documentos relacionados com a área nuclear. Declararam suas intenções de terem acesso às tecnologias de ponta, às formas mais adiantadas dessa aplicação como meio indispensável para o desenvolvimento econômico e efetivo exercício da soberania das duas nações. Contudo, ratificaram que seus programas nucleares objetivam fins exclusivamente pacíficos e a necessidade de impedir a proliferação de armas nucleares (OLIVEIRA, 1999, p. 381).

Em 1985, os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín realizaram encontro histórico na cidade de Foz do Iguaçu, inauguraram a ponte Tancredo Neves e assinaram

---

<sup>9</sup> O grupo de países fornecedores nucleares, também conhecido por grupo de Londres, foi uma iniciativa internacional ocorrida em resposta ao teste nuclear realizado pela Índia. Fundado em 1974, tinha entre seus objetivos, reduzir a proliferação nuclear e controlar a exportação e transferência de tecnologias nucleares.

a Declaração de Iguazu e a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear(1985). Nestes documentos foi reafirmada a vocação pacífica dos respectivos projetos nucleares. A Declaração Conjunta sobre Política Nuclear dispôs sobre a formação de um grupo de trabalho sob responsabilidade das chancelarias brasileira e argentina, tendo por objetivo o incremento das relações entre os dois países na área nuclear. Também apontava o documento para a "criação de mecanismos que assegurem os superiores interesses da paz, segurança e desenvolvimento da região"(BRASIL; ARGENTINA, 1985). Para Candeas (2005, p.26) este momento de redemocratização de ambos os países, contribuiu para registrar avanços maiores nas relações argentino-brasileiras, lançando as bases para um novo entendimento nas relações bilaterais. Para o autor, a Declaração de Iguazu simbolizou um novo marco de maior aproximação sob a presidência de governos democráticos.

A partir do encontro em Foz do Iguazu, uma série de iniciativas e encontros foram adotados rapidamente pelos dois países, demonstrando a preocupação em assentar a política nuclear conjunta, ainda sob a presidência de José Sarney e Raul Alfonsín. Em julho de 1986, foi assinado o documento conhecido por doze protocolos. Este documento visava aprofundar as trocas comerciais entre os dois países, sendo que, um destes protocolos tratava sobre cooperação nuclear. Estabelecia um sistema de informação imediata e de assistência recíproca em casos de acidentes nucleares e emergências radiológicas, o que demonstrava uma iniciativa de efetiva cooperação no âmbito nuclear (OLIVEIRA, 1999, p. 382).

Buscando dar andamento à integração, os dois presidentes manifestaram, em dezembro de 1986, a conhecida "Declaração de Brasília", que ratificava os termos da Declaração de Iguazu e estimulava a participação empresarial em projetos industriais vinculados à área nuclear (OLIVEIRA, 1999, p.385). Em julho de 1987, o presidente brasileiro José Sarney foi convidado pelo Presidente Raúl Alfonsín para conhecer a usina de Pilcaniyeu. Esta foi a primeira visita de um governante estrangeiro a usina secreta argentina responsável pelo projeto enriquecimento de urânio<sup>10</sup>. O ineditismo desta visita demonstra a crescente confiança e abertismo que foi sendo construída neste período entre os dois países. Nesta ocasião, ocorreu a declaração de Viedma onde destacaram os presidentes que a visita constituiria "um marco fundamental" para o

---

10 Alfonsín leva Sarney a usina nuclear secreta. **Jornal de Brasília**, Brasília 17 de jul. de 1987. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/232569/PS%20Sarney%2087-90%20viagens%20-%20200110.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 de jul. de 2018.

fomento da confiança mútua (BRASIL; ARGENTINA, 1987). Em reciprocidade, no ano seguinte, o Presidente Raul Alfonsín visitou as instalações do Centro Experimental Aramar, em Iperó-SP, onde eram desenvolvidas as tecnologias brasileiras para o enriquecimento de urânio. Nesta ocasião foi proferida a Declaração de Iperó, onde os presidentes decidiram " aperfeiçoar os mecanismos de cooperação política e técnica existentes, através do incremento de visitas e intercâmbios de informações", destacando o objetivo de aprofundar a confiança mútua (BRASIL; ARGENTINA, 1988).

Em continuidade a este movimento de aproximação, houve a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil, firmado em 30 de novembro de 1988. Este tratado consolidava o processo de aproximação, cooperação e integração nuclear entre os dois países e declarava a intenção de incorporar, gradualmente, outros países da região e de todo o continente (OLIVEIRA, 1999, p. 385 -386). Conforme esclarece Candeas (2017, p. 244) a assinatura deste tratado permitiu um salto qualitativo nas relações entre Brasil e Argentina. Afirma o autor que representou a evolução da cooperação para uma efetiva intenção de integração entre os dois países. O tratado destacava em seu preâmbulo a "necessidade de consolidar definitivamente o processo de integração econômica entre as duas Nações, em um marco de renovado impulso à integração da América" (BRASIL; ARGENTINA, 1988).

Uma nova declaração foi firmada em novembro de 1990 em Foz do Iguaçu, entre os presidentes Fernando Collor e Raúl Menem que ficou conhecida como a Declaração de Política Nuclear Comum entre Brasil e Argentina ou também Declaração sobre Fiscalização Mútua. Esta declaração foi também considerada histórica e um importante marco pois criava um sistema de salvaguardas entre os dois países. Nesta ocasião foi criado o sistema conjunto de controle contábil do material nuclear -SCCC- que previa a inspeção técnica mútua entre os dois países. Este evento também representa incremento substancial no relacionamento entre os dois países pela possibilidade de visitas técnicas mútuas aos principais laboratórios de ambos os países, conforme demonstra o texto da declaração.

"Destacando os trabalhos realizados pelo Comitê Permanente Brasileiro-Argentino sobre Política Nuclear para aprofundar a cooperação dos dois países em matéria de pesquisa, troca de informação, complementação industrial, intercâmbio de materiais nucleares, desenvolvimento de projetos

comuns e coordenação política; as visitas presidenciais e técnicas às instalações nucleares dos dois países, especialmente às usinas de Pilcaniyeu e Iperó, e aos laboratórios de processos radioquímicos de Ezeiza, que constituem um claro sinal do nível de confiança mútua alcançado entre Brasil e Argentina(...) Decidem: 1) aprovar o Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC), acordado pelo Comitê Permanente, que será aplicado a todas as atividades nucleares de ambos os países" (BRASIL;ARGENTINA, 1990, p.2).

Para Vargas (1997, p. 52) a possibilidade de inspeções técnicas mútuas (ou inspeções cruzadas) foram fator importante para a construção da confiança, uma vez que colocava fim à possibilidade de desenvolvimento de programas nucleares secretos. Para o autor, o aumento do conhecimento técnico sobre as tecnologias desenvolvidas em ambos os países e a transparência dada ao tema nuclear contribuiu significativamente para um maior abertismo e confiança nas relações bilaterais, conduzindo os dois maiores países da América Latina a um entendimento mais profundo no campo nuclear

"Sendo Brasil e Argentina os dois países mais avançados no campo nuclear na América Latina, as visitas recíprocas às respectivas instalações determinaram uma alteração no conhecimento de cada país sobre a capacitação do outro. A consequência prática foi uma progressiva transformação dos interesses brasileiros e argentinos em matéria nuclear, contribuindo para uma cooperação que seria plasmada em tratados internacionais e abrangeria instâncias multilaterais de participação universal, como a AIEA" (VARGAS, 1997, p.52)

Com o objetivo de concretizar o sistema de inspeções mútuas, em 18 de julho de 1991, foi assinado o Tratado para Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear. Neste documento foi expresso o compromisso de ambos os países utilizarem a energia nuclear para fins de exclusivamente pacíficos, além de criar a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares -ABACC. A agência seria responsável por administrar o mútuo controle e inspeções sobre as instalações e materiais nucleares de ambos os países (OLVIEIRA, 1999, p. 391).

Também em 1991, na sede da Agência Internacional de Energia Atômica, foi assinado um acordo de salvaguardas nucleares que também ficou conhecido como Acordo Quatripartite. Este acordo envolvia, além de Brasil e Argentina, a AIEA e a

ABACC, submetendo seus programas nucleares à inspeção e controle internacional. A cooperação entre a ABACC e a AIEA e as autoridades nacionais de ambos os países constituíram um fator preponderante para o cumprimento dos acordos assinados, constituindo-se em modelo inédito no mundo. Neste sentido, sublinha Vargas (1997, p. 54) que a estratégia de criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle representou uma modalidade inovadora de aplicação de salvaguardas. A criação da ABACC, além de servir para estabelecer um vínculo com o regime internacional de não-proliferação nuclear, consolidou e aprofundou a confiança e da cooperação em matéria nuclear entre Argentina e Brasil. Para o autor, a aproximação no campo nuclear também serviu para uma sinalização à comunidade internacional, em especial aos demais países da América Latina, de que as relações entre os dois maiores países do Cone Sul estavam em uma nova fase. Assim também entendem Gadano e Bianco (2016, p. 116) quando apontam para a singularidade da cooperação nuclear entre Brasil e Argentina no campo nuclear. Afirmam os autores ser este um exemplo um exemplo único no mundo onde países que mantiveram competição mútua a níveis próximos ao bélico tenham desarmado suas hipóteses de conflito de maneira tão profunda sem que se tivesse chegado a uma conflagração.

Importa ter em mente que esta aproximação brasileiro-argentina fora também favorecida pelo contexto geopolítico mundial à época. De acordo com a observação de Vargas (1997, p. 41-42), o aumento da cooperação coincidiu com o relaxamento das tensões entre as superpotências, representada pelo fim Guerra Fria. Este novo momento mundial, começava a apontar para a globalização da economia, com a conformação de novos agrupamentos econômicos entre os países a exemplo do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e outros. Segundo o mesmo autor, também ocorria neste momento, a consolidação de uma política inspirada pelos países industrializados, que incluía, coibir o desenvolvimento, a produção e o armazenamento de armas de destruição em massa, incluso a proliferação nuclear. Sobre este novo contexto geopolítico e a relação com a aproximação entre Brasil e Argentina ensina Queiroz:

"Em um mundo que começava a apontar, na fase final da Guerra Fria, para uma incipiente multipolaridade, mediante a conformação de blocos ou agrupamentos - objetivo que iriam perseguir dali em diante- Brasil e

Argentina passavam a entender a cooperação nuclear tanto como necessidade, para reverter as suspeições mútuas e internacionais, mas também como oportunidade, dado o simbolismo que a abertura nesse setor tão crítico oferecia com vistas ao reposicionamento de ambos no novo contexto global que se afigurava" (QUEIROZ, 2016, p.67).

Neste contexto de reestruturação das relações bilaterais, importante também destacar o apoio brasileiro à Argentina durante o conflito das Malvinas<sup>11</sup>. Lembra Doratioto (2014, p. 159) que o Brasil buscou respaldar diplomaticamente o pleito argentino sobre as ilhas. Além disso, o Brasil tomou medidas concretas para evitar que o território brasileiro fosse utilizado como base logística, aérea<sup>12</sup> ou terrestre, para comunicações entre essas ilhas e a Grã-Bretanha. Uma destas medidas envolvia a proibição de utilização do território brasileiro para reabastecimento de aeronaves britânicas envolvidas no conflito. Estas medidas, segundo o autor, contribuíram para o clima favorável ao aprofundamento do entendimento e cooperação brasileiro-argentina. Em 1985 o presidente Raul Alfonsín, por ocasião da Declaração de Iguazu, expressou sua satisfação e "o reconhecimento de seu governo pela atuação do Brasil em seu caráter de potência protetora dos interesses argentinos ante o Reino Unido"(BRASIL; ARGENTINA, 1985, item 14).

Conforme se observa, o aumento da confiança entre Argentina e Brasil e a cooperação no setor área nuclear trouxe, concomitantemente, avanços às relações entre Brasil e Argentina. Estes avanços refletiram-se, em especial, na área econômica, onde foi manifesta a intenção de ampliar as trocas comerciais entre os países. Esta intenção de maior aproximação econômica pode ser observada em alguns dos próprios documentos que estabeleceram a integração na área nuclear. A título de exemplo, já em 1985, na Declaração de Iguazu, fora previsto, em seu item 19, a criação "de uma comissão mista de alto nível de cooperação e integração econômica bilateral". O objetivo desta comissão, segundo a declaração, era "examinar e propor programas, projetos e modalidade de integração econômica" (BRASIL; ARGENTINA, 1985).

---

11 Foi o conflito armado entre a Argentina e o Reino Unido ocorrido pela disputa da soberania sobre as Ilhas Malvinas (Falklands), Geórgia do Sul e Sandwich do Sul. Ocorreu entre os dias 02 de abril e 14 de junho de 1982.

12 O Globo. Há 30 anos Caça britânico faz pouso forçado no Galeão após bombardear pista em território Argentino. O Globo, Rio de Janeiro, 20.dez. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/ha-30-anos-caca-britanico-faz-pouso-forcado-no-galeao-apos-bombardear-pista-em-territorio-argentino-6448175>. Acesso em: 11 de jul. de 2018.

A possibilidade de criação de um espaço econômico comum também fora previamente anunciada, conforme consta na Ata para a Integração Brasileiro-Argentina de 1986. Afirmava o preâmbulo do documento que "a criação de um espaço econômico comum abre perspectivas mais amplas para o crescimento conjunto e o bem-estar dos seus povos"(BRASIL; ARGENTINA, 1986). Ainda, neste sentido, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil, firmado em 30 de novembro de 1988, em seu primeiro artigo, mencionava o objetivo de estabelecer a integração e cooperação econômica:

Artigo 1º O Objetivo final do presente Tratado é a consolidação do processo de integração e cooperação econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina. O território dos dois países integrarão um espaço econômico comum, de acordo com os procedimentos e prazos estabelecidos no presente Tratado (BRASIL; ARGENTINA, 1988).

Neste sentido, explica Candeas (2017, p. 244) que o fim das resistências entre os dois vizinhos sul-americanos favoreceu um processo de concertação regional aberto à inclusão de outras nações do continente. A superação das rivalidades entre os dois maiores países sul americanos foi determinante para um maior abertismo político ao entorno regional e a busca conjunta de parcerias junto a outros países da América do Sul. Assim, entende o autor que este processo foi fundamental para assentar o caminho para a instalação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e mais recentemente da União de Nações Sul Americanas (UNASUL). Exemplo neste esteio de uma relação mais profunda entre Argentina e Brasil, em 1991 foi a assinatura do Tratado de Assunção que incluía também Paraguai e Uruguai, com objetivo de constituir o Mercosul. Este tratado buscou incorporar os mecanismos de integração já existentes entre Brasil e Argentina e adotou uma estrutura de funcionamento que visava uma integração econômica com desdobramentos políticos e culturais para todos os países integrantes (DORATIOTO, 2014, p. 167).

Além disso, a maior confiança entre Brasil e Argentina, permitiu também aos dois países um maior engajamento internacional em prol da não proliferação e desarmamento nuclear. Este reposicionamento teve reflexo na própria Constituição brasileira de 1988. Estabelece, seu artigo 21, inciso XXIII, alínea "a", que "toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e



mediante aprovação do Congresso Nacional”, afastando, assim, toda a possibilidade do desenvolvimento nuclear bélico (MARZO e ALMEIDA, 2006, p. 195).

Em 1994 ambos os países assinaram o Tratado para Proibição de Armas Nucleares na América Latina e Caribe (Tratado de Tlatelolco). Com esse tratado, a América Latina e o Caribe tornaram-se regiões pioneiras em colocar limites à corrida armamentista nuclear. O Tratado de Tlatelolco, de 1967, propiciou o estabelecimento da primeira Zona Livre de Armas Nucleares em região densamente povoadas, sendo que todos os 33 Estados da América Latina e do Caribe são partes no Tratado de Tlatelolco (ITAMARATY, 2018).

Ainda, entre 1995 e 1998 assinaram o Tratado de Não-Proliferação de armas nucleares, superando mais de duas décadas de resistência a este importantes instrumento. Apontam Saraiva e Almeida (1999), que esta integração de suas políticas nucleares coordenadas com uma aceitação das disposições internacionais prevalentes sobre o tema nuclear no plano externo, contribuíram para consolidar o Mercosul como um parceiro comercial confiável para a União Europeia e os Estados Unidos. Ainda, em 24 de setembro de 1996, assinaram o Tratado de Interdição Completa de Ensaios Nucleares, que proíbe ensaios nucleares de qualquer natureza, seja militar ou pacífica. Importa, por fim ainda destacar que o compromisso de Argentina e Brasil com o desarmamento e não proliferação nuclear permanece contundente até o presente momento. Em 2017, mais de 122 países, entre eles Brasil e Argentina, aprovaram na Assembleia Geral das Nações Unidas, o primeiro tratado global para proibir armas nucleares - Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (ICAN, 2018).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Argentina e Brasil iniciaram seus programas de desenvolvimento nuclear ainda na década de 1950 e atingiram, ao longo do tempo, avançado desenvolvimento tecnológico no setor, tanto em projetos civis como militares. Este desenvolvimento do setor nuclear gerou desconfianças e competição na relação entre os dois países, em especial pela possibilidade técnica de desenvolvimento de um artefato nuclear explosivo. Contudo, a partir da década de 1980, os dois países iniciaram um processo de

aproximação, cooperação e integração no setor nuclear que resultou em diversos acordos, tratados e declarações diplomáticas de alto nível. Este caminho de cooperação foi despertando abertura e conhecimento mútuo a respeito das atividades nucleares desenvolvidas em ambos os países, principalmente através das inspeções técnicas mútuas ou inspeções cruzadas. Um dos pontos alto desta aproximação pode ser considerada a criação da Agência Brasileiro Argentina de Controle e Contabilidade de Materiais Nucleares, que exigiu um processo de elaboração de uma aliança estratégica entre Brasil e Argentina no setor nuclear. Importa destacar que criação de uma instituição binacional para o controle de material nuclear constituiu-se em modelo inédito e foi de fundamental importância para o aprofundamento crescente das relações entre os dois países.

A cooperação entre Brasil e Argentina no setor nuclear possibilitou também o avanço de outras pautas nas relações entre os dois países, em especial na relação econômica. Os próprios acordos e tratados que previam a cooperação nuclear também já anunciavam a necessidade de maior cooperação econômica, inclusive através da integração de mercados. Neste esteio, a criação do Mercosul, em 1991, evidencia o avançado nível de confiança que atingiram as relações bilaterais neste período, com reflexos para outros países da região do Cone Sul.

Ademais, a cooperação no setor nuclear permitiu a ambos os países um reposicionamento em relação às pautas internacionais de não proliferação e desarmamento nuclear. Este reposicionamento fica evidenciado, principalmente, pela assinatura e ratificação dos Tratado de Tlatelolco e do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, após cerca de vinte anos de resistências a estes instrumentos. Ademais, o posicionamento diplomático de Brasil e Argentina frente ao desarmamento nuclear permanece vigente até o presente momento, tendo em vista que ambos os países são signatários do Tratado para Proibição de Armas Nucleares de 2017.

Constituindo-se em um modelo de salvaguardas e fiscalização único no mundo, consolidado e estruturado ao longo de mais de 20 anos, a cooperação nuclear entre Brasil e Argentina permitiu a ambos os países substituir a rivalidade pela confiança. Conciliou o avanço tecnológico conjunto e o engajamento político internacional com a não proliferação e desarmamento nuclear, convertendo-se em interessante paradigma de reversão de potencial competição armamentista e construção de paz. Assim, se diz pois

esta cooperação foi capaz de reverter as mais de quatro décadas de tentativas destes países de se tornarem potências atômicas regionais da América Latina, contribuindo com efetivo exemplo de cooperação e de uso pacífico de tecnologia nuclear. Neste sentido, pode-se converter também em interessante exemplo a outras regiões do mundo que experimentam tensões regionais similares, agravadas pela disposição de armas nucleares. Assim, o modelo de cooperação nuclear estabelecido entre Brasil e Argentina aponta importante caminho alternativo e possível à superação de rivalidades, construção de confiança e conseqüente estabelecimento de relações pacíficas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABACC. **Agência Brasileiro- Argentina de Controle e Contabilidade de Materiais Nucleares: Relatório Anual, 1993**. Rio de Janeiro: ABACC, 1993.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Relações militares no Cone Sul: da rivalidade à cooperação na área de segurança (1964-2007)**. Tese (Doutorado em História)-Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

ARGENTINA; BRASIL. **Ata para a Integração Brasileiro- Argentina**. Buenos Aires, 29 de julho de 1986. Disponível em: <<https://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Ata-para-integra%C3%A7%C3%A3o-brasileiro-argentina-portugu%C3%AAs-assinada.pdf>>. Acesso em: 09 jul. de 2018.

ARGENTINA; BRASIL. **Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina**. Buenos Aires, 17 de maio de 1980. Disponível em: <<https://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Acordo-de-Coopera%C3%A7%C3%A3o-entre-Brasil-e-Argentina-para-Usos-Pac%C3%ADficos-da-Energia-Nuclear.pdf>>. Acesso em: 09 jul. de 2018.

ARGENTINA; BRASIL. **Declaração de Viedma**. Viedma, 17 de julho de 1987. Disponível em:<<https://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Viedma-Declara%C3%A7%C3%A3o-conjunta-sobre-Pol%C3%ADtica-Nuclear-portugu%C3%AAs-assinada.pdf>>. Acesso em: 16 de jul. de 2018.

ARGENTINA. Decreto nº 10.936 de 31 de maio de 1950, Buenos Aires, 1950. Disponível em:<<http://www.cnea.gob.ar/es/wp-content/uploads/2016/09/DECR-ETO10936-50.pdf>>. Acesso em: 06 jul. de 2018.

ARGENTINA, Ministerio de Energía. Centrales Nucleares de Potencia y Reactores de Investigación. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/energia/energia-nuclear/centrales>>. Acesso em: 10 jul. de 2018.

BRASIL. Decreto nº 83.240 de 07 de março de 1979. Brasília, 1979. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D83240.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D83240.htm)> Acesso em: 07 jul. de 2018.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia. Eletronuclear, nossas atividades. Disponível em: <<http://www.eletronuclear.gov.br/Nossas-Atividades/Paginas/Angra-1.aspx>>. Acesso em: 17 de jul. de 2018.

BRASIL. Presidente (1985-1990: José Sarney de Araújo Costa). **Discurso sobre o programa autônomo de energia nuclear**, Brasília, 04 de setembro de 1987. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1987/76.pdf/view>>. Acesso em: 07. jul. de 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 10 jul de 2018.

BRASIL; ARGENTINA. **Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina**, 29 de novembro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D98177.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D98177.htm)>. Acesso em: 05 jul. de 2018.

BRASIL; ARGENTINA. **Acordo entre a República Federativa do Brasil, A República Argentina, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para Aplicação de Salvaguardas**. Viena, 13 de dezembro de 1991. Disponível em: <http://fissilematerials.org/library/inf435.pdf>. Acesso em: 09 jul. de 2018.

BRASIL; ARGENTINA. **Declaração Conjunta sobre Política Nuclear**. Foz do Iguaçu, 30 de novembro de 1985. Disponível em: <<https://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2016/10/1985-Declara%C3%A7%C3%A3o-conjunta-sobre-Pol%C3%ADtica-Nuclear-portugu%C3%AAs.pdf>> Acesso em: 05 jul. de 2018.

BRASIL; ARGENTINA. **Declaração de Iguaçu**. Foz do Iguaçu, 30 de novembro de 1985. Disponível em: <<https://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2016/09/1985-Declara%C3%A7%C3%A3o-do-Igua%C3%A7u-espanhol-assinada.pdf>> Acesso em: 11 de jul. de 2018.

BRASIL; ARGENTINA. **Declaração de Iperó**. Iperó, 08 de abril de 1988. Disponível em: < <https://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Iper%C3%B3-portugu%C3%AAs.pdf>>. Acesso em: 16 de jul. de 2018.

BRASIL; ARGENTINA. **Declaração sobre Política Nuclear Comum Brasileiro-Argentina**. Foz do Iguaçu, 30 de novembro de 1990. Disponível em: <https://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Pol%C3%ADtica-Nuclear-Comum-portugu%C3%AAs.pdf>. Acesso em: 05 jul. de 2018.

BRASIL et al. **Acordo Tripartite de Cooperação Técnico-Operativa**. Cidade de Presidente Stroessner, 19 de outubro de 1979. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=DPREG&pasta=EG%20dpr%201979.10.19>>. Acesso em: 09 jul. de 2018.

BORRIE, John; CAUGHLEY, Tim. **Viewing Nuclear Weapons through a Humanitarian Lens**. Genebra: UNIDIR, 2013.

CANDEAS, Alessandro Warley. **Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos**. Revista Brasileira de Política Internacional, n° 48, 2005.

CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na "visão do outro"**. Brasília: FUNAG, 2017.

DERFAGES, Philippe Moreau. **Problemas Estratégicos Contemporâneos**; tradução de Luiz de Alencar Araripe. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Ed., 1999.

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata, 1822-1994**. 2ª ed., Brasília: FUNAG, 2014.

FILHO, José Roberto Martins. **O Projeto do Submarino Nuclear Brasileiro**. Contexto Internacional [online], 2011, vol.33, n.2, pp. 277-314. <Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-8529201100020002#nt15](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-8529201100020002#nt15)>. Acesso em: 13 de jul. de 2018.

GADANO, Julián; BIANCO, Belén. **La Cooperación como Modelo de Desarrollo Autónomo Legítimo: Los casos de Brasil y Argentina**. In: CANTO, Odilon Antonio Marcuzzo (Org). O Modelo ABACC: um marco no desenvolvimento das relações entre Brasil e Argentina. Santa Maria: Ed. UFSM, 2016.

HERZ, Monica; LAGE, Victor Coutinho. **A Atual Política Nuclear Brasileira**. Policy Brief. BRICS Policy Center. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Julho 2013.

ICAN. **Signature/Ratification status of the Treaty on the Prohibition of Nuclear Weapons**. Disponível em: <<http://www.icanw.org/status-of-the-treaty-on-the-prohibition-of-nuclear-weapons/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

KOESTLER, Arthur. **Janus: A summing up**. Bulletin of Atomic Scientists, v.35, n° 03, 1979. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00963402.1979.11458590>>. Acesso em: 07 jul. de 2018.

SCHOLZ, Fernando. **Implicações da Dissuasão Nuclear como Capacidade de Poder: o caso indiano**. Tese (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ITAMARATY. **Desarmamento Nuclear e Não Proliferação**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/ptBR/politicaexterna/pazesegurancainternacionais/146-desarmamento-nuclear-e-nao-proliferao-nuclear>>. Acesso em: 25 jun. de 2018.

MARZO, Marco Antonio S e ALMEIDA, Silvio G. **A evolução do Controle de Armas Nucleares**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2006.

MENDOZA, Diego Hurtado. **De "átomos para la paz" a los reactores de potencia. Tecnología y política nuclear en la Argentina ( 1955- 1976)**. Revista CTS, n° 4, vol 2, janeiro de 2005.

NAÇÕES UNIDAS. **Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e o Caribe** (Tratado de Tlatelolco). Cidade do México, 1967. Disponível em:

<<https://www.iaea.org/publications/documents/treaties/treaty-prohibition-nuclear-weapons-latin-america-tlatelolco-treaty>>. Acesso em: 06 jul. de 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares**. Nova Iorque, 1968. Disponível em: <<http://disarmament.un.org/treaties/t/npt/text>>. Acesso em: 10 jul. de 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Tratado de Interdição Completa de Ensaio Nucleares**. Nova Iorque, 1996. Disponível em: <<https://www.ctbto.org/the-treaty/treaty-text/>>. Acesso em 15 jul. de 2018.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **A Integração Nuclear Brasil-Argentina: uma estratégia compartilhada**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.

OLIVEIRA, Odete Maria. **A integração bilateral Brasil- Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul**. Revista Brasileira de Política Internacional, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003473291998000100001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473291998000100001)>. Acesso em: junho de 2018.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Os descaminhos do Brasil Nuclear**. Ijuí: Ed. Unjuí, 1999.

PATTI, Carlos. **As Origens Esquecidas da ABACC? A proposta Findley para estabelecer um sistema de confiança mútua entre Brasil e Argentina na área nuclear (1977)**. In: CANTO, Odilon Antonio Marcuzzo (Org). O Modelo ABACC: um marco no desenvolvimento das relações entre Brasil e Argentina. Santa Maria: Ed. UFSM, 2016.

PRIETO, Martin. Argentina entra en el "club" de países productores de uranio enriquecido. **El País**, Buenos Aires, 20 nov. 1983. Disponível em: [https://elpais.com/diario/1983/11/20/internacional/438130812\\_850215.html](https://elpais.com/diario/1983/11/20/internacional/438130812_850215.html). Acesso em: 16 de julho de 2018.

SARAIVA, Miriam Gomes; ALMEIDA, Fernando Roberto de Freitas. **A integração Brasil-Argentina no final dos anos 90**. Revista Brasileira de Política Internacional, nº 42, pp 18-39, 1999.

SARAIVA, Miria Gomes; TEDESCO, Laura. **Argentina e Brasil: políticas exteriores comparadas depois da Guerra Fria**. Revista Brasileira de Política Internacional, nº 44, pp. 126-150, 2001.

UNITED STATES OF AMERICA. Federal Act nº 95-242 de 10 de março de 1978, Washington, 1978. Disponível em: < <https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/STATUTE-92/pdf/STATUTE-92-Pg120.pdf>>. Acesso em 05 de agosto de 2018.

VARGAS, Everton Vieira. **Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do Mercosul**. Revista Brasileira de Política Internacional (online), 1997, vol. 40, nº1, pp-41-74.

QUEIROZ, João Marcelo Galvão. **O Modelo ABACC: Um balanço**. In: CANTO, Odilon Antonio Marcuzzo (Org). O Modelo ABACC: um marco no desenvolvimento das relações entre Brasil e Argentina. Santa Maria: Ed. UFSM, 2016.

SIPRI. **SIPRI, Yearbook 2014, Armaments, Disarmament and International Security**. Estocolmo: Oxford, 2015.